

Câmara Municipal de Barroso - MG
Sessão solene de 20 de abril de 2017

Foto: José Antônio de Ávila Sacramento (19/04/2017)



Braço da balança para pesagem do quinto do ouro (da Real Casa da Intendência e Fundição do Ouro da Vila de São João del-Rei)

José Antônio de Ávila Sacramento

*Que a sede de ouro é sem cura,
e, por ela subjugados,
os homens matam-se e morrem,
ficam mortos, mas não fartos.*

(Cecília Meireles)

*Rua Guia Lopes, 123 - Bairro Matosinhos
36305-052 - São João del-Rei - MG
(32) 3371-5823 - 99906-2043
joseantoniodeavila.1959@gmail.com*

Boa noite! De início, manifesto a minha satisfação e sinto-me honrado por estar na casa do povo barrosense, diante de legítimos representantes dos habitantes da terra que viu nascer o culto Basílio de Magalhães, uma das maiores inteligências que o Brasil já conheceu. Ao tentar falar algumas coisas sobre o Tiradentes e o movimento libertário mineiro de 1789, atenderei ao honroso convite da presidência desta Câmara Municipal e evitarei ser repetitivo ou cansativo. Na medida do possível, eu fugirei de enfadonhas citações biográficas; poupá-los-ei de compilações desnecessárias e da reedição de assuntos já conhecidos a respeito do líder executado há 225 anos (se considerarmos a data de amanhã, 21 de abril de 2017). Então, diante desta culta assembleia, torna-se desnecessário reapresentar a biografia do Patrono Cívico desta Nação¹, do patrono de todas as Polícias Militares e Civis do Brasil² e também considerado o patrono da Odontologia brasileira³. Assim, o meu pronunciamento será bastante sucinto e fracionado em sete pequenas partes:

1. Semântica e/ou etimologia dos termos Inconfidência & Conjuração

Vamos à primeira parte: como sabemos, o português (dos brasileiros) apresenta um linguajar bastante flexível. Esta condição lingüística, muitas das vezes, apresenta-se com estruturas e modelos bastante abertos, oferecendo vários enfoques da linguagem em si mesma possibilitando-nos representações históricas e sócio-culturais diversas. A nossa cultura lingüística é prática que retrata as muitas visões de mundo e possibilita-nos a absorção de vários significados e ideologias. E é esta a premissa que me encoraja fazer algumas observações acerca da denominação do histórico episódio mineiro que floresceu no final do século XVIII. Observo que o movimento libertário denominado Inconfidência, deveria, de fato, ser denominado de Conjuração Mineira. A denominação “Inconfidência” não é a mais adequada, pelo menos para nós, os brasileiros. O termo Conjuração (do latim “conjuratio”) nos remete ao sentido de movimento de revolta e conspiração contra o estado lusitano ou contra o governo português daquela época. O termo Inconfidência nos traz a idéia de falta de fé ou de falta de fidelidade para com alguém. Inconfidente é o mesmo que infiel, ou seja, é a má qualidade daquele que revela os segredos confiados, o que, para nós, não faz muito sentido, pois o termo seria bem adequado à ótica lusitana daquela época. Para os brasileiros, o termo inconfidente serviria apenas para qualificar e nomear gente como o delator Joaquim Silvério dos Reis Montenegro Leiria Grutes, aquele português que afundado em dívidas negociou a promessa de perdão delas em troca da denúncia dos idealistas que estavam envolvidos na Conjuração. Diante deste raciocínio, durante esta preleção eu usarei sempre que puder o termo Conjuração ou conjurados, ao invés de usar Inconfidência ou inconfidentes.

2. “Comemorações” da morte do Tiradentes?

A segunda questão que gostaria de apresentar-lhes é a respeito do que estamos costumados ouvir oficialmente: “Comemorações da Morte do Tiradentes, em 21 de abril”; ora, penso eu que se continuarmos “comemorar a morte” de Joaquim José da Silva Xavier, certamente é porque ainda nos alegramos com o infortúnio da conjuração, e, também, que até concordamos com a execução do Tiradentes; ao usarmos o termo “comemorações da morte do Tiradentes”

¹ Lei nº 4.897, de 9 de dezembro de 1965.

² Decreto Lei nº 9.208 de 29 de abril de 1946.

³ Por resolução do Conselho Deliberativo da União Odontológica Brasileira é o Patrono da Odontologia e dos dentistas do Brasil. O Conselho Regional de Odontologia do Estado de São Paulo criou a medalha Tiradentes, conferida a pessoas que colaboram para o engrandecimento da Odontologia.

poderá soar que estamos felizes com a execução havida em 21 de abril de 1792, quando o nosso sentimento é exatamente o contrário. Muito mais adequado, no meu entendimento, seria adotarmos a expressão “Comemorações (do Aniversário) da Conjuração Mineira”, ocasião em que com pesar e sentimento cívico, refletimos mais e melhor sobre o histórico episódio e relembramos a vida, obra e a execução do Tiradentes. Por outro lado, sabemos que o que há de ser sempre muito bem comemorado é o nascimento do menino Joaquim José da Silva Xavier; assim, devemos continuar a prestigiar as simbólicas celebrações na data de seu batismo, 12 de novembro de 1746, efeméride que um dos descendentes do Alferes, o dr. Adalberto Guimarães Menezes nos ensinou a lembrar e que, por obra e insistência dele, vem acontecendo de forma sempre crescente, desde 2002, nos décimos segundos dias dos meses de novembro de todos os anos, no solo sacro-cívico da Fazenda do Pombal, fato este que originou a criação da medalha "Liberdade e Cidadania", instituída legalmente pelos poderes municipais de São João del-Rei, Tiradentes e Ritópolis, e que infelizmente está com a edição paralisada desde o ano passado.

3. Sobre a cidadania do menino Joaquim José da Silva Xavier

A terceira parte das reflexões que preparei para esta noite versa sobre a cidadania do menino Joaquim José da Silva Xavier. Não há mais razão alguma para existir quaisquer dúvidas a respeito da naturalidade do "Tiradentes". Não há que haver polêmicas sobre o lugar onde nasceu o Alferes, uma vez que há provas concretas e historicamente robustas de que o território da Fazenda do Pombal, onde nascera o líder da Conjuração Mineira, em 1746, estava sob a jurisdição da então Vila de São João del-Rei⁴. O assentamento de batismo dele, datado de 12 de novembro de 1746, foi lavrado na Capela de São Sebastião do Rio Abaixo, filial da Matriz de Nossa Senhora do Pilar da Vila de São João del-Rei. O documento batismal do regime do padroado tem valor legal e é reconhecidamente o substituto da certidão de nascimento, haja vista que naquela época ainda não existia o Registro Civil. Quando o menino Joaquim José nasceu, não apenas a jurisdição eclesiástica, mas também a jurisdição territorial da Fazenda do Pombal pertencia a São João del-Rei, conforme bem sustentaram diversos historiadores, dentre eles o notável Basílio de Magalhães (1874-1957) que afirmou que “ninguém melhor que o próprio Tiradentes poderia saber a quem pertencia o pedaço de terra onde viera à luz e que ele haveria de santificar pelo próprio martírio”⁵: de modo preciso, através da declaração do próprio Tiradentes, na primeira inquirição da Devassa (na Fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1789), ele declarou ser “natural do Pombal, termo da Villa de São João de El-Rey, Capitania de Minas Geraes”. Se não bastasse os registros documentais determinando a jurisdição daquela área, eis aí a palavra do próprio Tiradentes perante o tribunal que o julgou, esclarecendo o nascimento dele em solo são-joanense. Em razão destas afirmações, a partir do ano 2000, ocorreram-me preocupações históricas, cívicas e, sobretudo, pedagógicas: Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes, líder do maior movimento libertário deste país, herói nacional, patrono cívico da nação e de todas as polícias civis e militares do Brasil, era citado nos livros didáticos e em publicações

⁴ No ano de 1755 houve uma correição que mais confundiu do que esclareceu as questões limítrofes entre as Vilas de S. José e S. João. Mas a dita correição foi fato posterior ao nascimento do Tiradentes (1746), sendo inaceitável, portanto, que um episódio ulterior ao nascimento do Alferes pudesse determinar-lhe a cidadania.

⁵ Foi o barrosense Basílio que cobrou ao governo mineiro para que reparasse a usurpação feita a São João del-Rei, pois foi (também) com base no processo de inventário da mãe de Tiradentes ter sido aforado em 21 de janeiro de 1756 perante a justiça de São José del-Rei que “se baseou o governo de Minas, para erroneamente, atribuir a S. José del-Rei o berço do ínclito herói da conjuração de 1789”.

históricas com o local de nascimento incerto: algumas vezes registravam ser ele nascido em São José del-Rei (atual cidade de Tiradentes), outras vezes em São João del-Rei, algumas vezes em Ritópolis, e, também, muitas vezes os livros didáticos oficiais apresentavam-no como nascido numa localidade que ficava entre São João del-Rei e Tiradentes, ou, até mesmo, apresentavam o disparate de que ele teria nascido em Vila Rica (atual Ouro Preto)⁶. Então, enquanto presidente do IHG de São João del-Rei, eu me perguntava: por que não agir em favor da História, tendo os subsídios para isto e podendo acabar com incertezas sobre o local do nascimento do Patrono Cívico da Nação? Busquei os fundamentos históricos, os suportes jurídicos e legais, e a minha proposição foi aprovada no Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei. Então, no ano de 2005, protocolizamos uma petição que visava obter Registro Civil Tardio de Nascimento em favor de Joaquim José da Silva Xavier, no que fomos acompanhados em litisconsórcio ativo pelos representantes da Câmara Municipal, da Academia de Letras, do Rotary Clube (Distrito 4580), da Loja Maçônica Charitas II, do Lions Clube e da Associação Comercial de Industrial. Depois de aprofundadas discussões, com o chamamento à lide dos possíveis interessados, em 03 de julho de 2008, uma decisão judicial foi exarada e apontou para a extinção do processo sem resolução de mérito, uma vez que o Poder Judiciário concluíra que: “naquele tempo, o batismo assinalava a existência de pessoa natural para todos os efeitos da vida civil”, concluindo “com clareza meridiana que, para todos os efeitos da vida civil, o assentamento de batismo, registrado em livro eclesiástico próprio assinalava a existência da pessoa natural para todos os efeitos”, resultando “evidenciado que Joaquim José da Silva Xavier teve seu registro realizado na Vila de São João del-Rei”. E conclui-se que “Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é natural de São João del-Rei. (...) Com efeito, o que querem os autores, é exatamente promover o registro tardio de Joaquim José da Silva Xavier. Mas ele já tem este registro devidamente instrumentalizado nos moldes legais da época em que nasceu, conforme já salientado, pelo registro do batismo. (...) Assim, o que pretendem os autores na verdade já existe, porém na forma das normas de regência da época dos fatos. É por tais razões que tenho que os autores são carecedores da ação, por ausência do interesse de agir, na medida em que o registro tardio se afigura completamente inócuo, posto que Joaquim José da Silva Xavier possui registro assinalando seu nascimento, sendo natural de São João del-Rei”. (Grifei).

4. A face de Estadista do Tiradentes

A quarta dimensão do meu pronunciamento versa sobre os estudos que vem sendo empreendidos por uma incansável pesquisadora gaúcha radicada em Campinas e que atualmente vem dividindo residência com a cidade de Andradas-MG: Dra. Isolde Helena Brans. Ela descobriu documentos fidedignos que comprovam o lado político e estratégico de Joaquim José da Silva Xavier. Os estudos e as pesquisas que ela, durante os vários anos em que passou debruçada sobre documentos no Brasil, em Portugal, na França, nos Estados Unidos e em outros países, trouxeram ao nosso conhecimento que o Tiradentes, sempre retratado como mártir, foi muito mais do que isto. Segundo a pesquisadora, ele foi um ativista

⁶ Se existiu ou ainda existe alguma disputa pela cidadania do Tiradentes, ela só pode ser fruto de crença em teses um tanto quanto inconsistentes, de meros interesses comerciais, econômicos ou de marketing turístico, o que, nestes casos, no entendimento do meu professor Oyama de Alencar Ramalho "funciona muito mais o fenômeno social da transferência de prestígio que um cidadão famoso promove em relação ao lugar onde ele nasceu e aos seus conterrâneos do que as conclusões da ciência histórica, muitas vezes, em desacordo com invenções gratuitas, mas que rendem dividendos para aqueles que as divulgam. O fenômeno existe com sinal trocado ou no sentido inverso: antes da República, por motivos óbvios, ninguém queria saber do Tiradentes, assim como hoje ninguém desejaria ser conterrâneo de Silvério dos Reis", se fosse o caso (relembrando que ele era um lusitano).

de primeira linha, um estadista que estabeleceu contatos pessoais com Thomas Jefferson, então embaixador dos EUA na França, visando delinear o futuro comercial e político da tão sonhada Pátria livre. Essa revisão da História, calcada em documentação confiável, ofereceu-nos a real dimensão da figura de Tiradentes e dos seus amigos de conjuração. Mais uma vez fica comprovado que a Conjuração Mineira não foi mero sonho e nem devaneio de poetas, mas foi um movimento que se alicerçou em estruturas sólidas. No Arquivo Ultramarino (em Lisboa, Portugal), Dra. Isolde obteve provas de que o Tiradentes, então Alferes da Cavalaria de Minas Gerais, esteve na Europa, coincidentemente no mesmo período em que ele requereu licença do posto de Alferes da Cavalaria Paga de Minas Gerais (por um ano). No chamado "Livro da Porta", onde se registrava pessoas que chegavam à Corte, ela descobriu o nome de Joaquim José da Silva Xavier, com a data de 04 de setembro de 1787. Também na Torre do Tombo há referência à estada de Tiradentes em Lisboa, no livro 30 da Chancelaria da Rainha D. Maria I. Nas suas investigações, dra. Helena rastreou a viagem de Tiradentes à Europa como integrante de um grupo pré-revolucionário que usava o codinome de "Vendek"⁷. Também foram encontradas cartas e outros documentos que comprovam encontros de Thomas Jefferson com o Alferes. Então, é de sumíssima importância essa versão de estadista creditada a Joaquim José da Silva Xavier, líder de um movimento bem articulado com vistas à emancipação política do Brasil. Como se percebe, o Tiradentes estava preocupado com os destinos da Pátria, já tratava de acordos comerciais internacionais que viabilizassem as negociações externas da futura República. Thomas Jefferson, segundo documentos pesquisados, afirmou que: "gostaria de ver as frotas do Brasil e dos EUA navegando juntas, como confrades de uma mesma família e perseguindo os mesmos objetivos". A face de estadista do Tiradentes está revelada e foi muito bem fundamentada por Isolde Helena Brans. Eis aí mais um subsídio importante no combate a teses infelizes que muitas vezes surgem visando, ainda que em vão, diminuir os méritos da Conjuração Mineira⁸.

5. O sonhado memorial para a Fazenda do Pombal

O quinto assunto que abordarei soa muito mais como homenagem ao dr. Adalberto Guimarães Menezes, tetraneto do Tiradentes que está com quase 90 anos e reside na capital mineira. Desde os anos mil novecentos e noventa que ele articula em favor da criação de um memorial cívico da nação brasileira nas ruínas da Fazenda do Pombal, área pertencente à União. Para aquele local Adalberto Menezes idealizou a construção de um memorial que provisoriamente foi denominado de "Berço da Pátria". Seria um grandioso marco em pedra e aço, a nos lembrar sempre que naquele solo sacro-cívico nasceu o menino Joaquim José da Silva Xavier,

⁷ Movimento iniciado em Coimbra, por um grupo de estudantes universitários brasileiros que, secretamente reunidos no chamado "pacto dos doze" e inspirados no então recente exemplo norte-americano, em 1785, juraram tornar livre a Colônia brasileira. Outra possibilidade: "Vendek" seria também o pseudônimo exclusivo do conjurado José Joaquim Maia e Barbalho.

⁸ Waldemar de Almeida Barbosa, prefaciador do livro "Tiradentes face a face" (BRANS, Isolde Helena. Rio de Janeiro: Xerox, 1993, 84p.: fac-símiles), afirmou que "o Tiradentes que Isolde Helena Brans apresenta é diferente do retratado por Joaquim Norberto. O Brasil é o único país da América, em que existe, há mais de um século, uma campanha sistemática de desmoralização do precursor da independência. É tempo de se conhecer o verdadeiro Tiradentes, o organizador do belo movimento da Inconfidência Mineira, o único que em vez de acusar os companheiros, procurou inocentá-los.". No entendimento de Barbosa, Joaquim Norberto "sentiu-se no dever de combater as ideias republicanas. Homem de talento, julgou que a melhor maneira de debelar a onda republicana seria destruir-lhe o ídolo, aniquilar Tiradentes. Publicou em 1873 a História da Conjuração Mineira, em que apresenta Tiradentes como um moleque, um desmiolado, um louco, que conseguiu ser admitido entre os inconfidentes e pôs tudo a perder." E que "durante muitas décadas, foi o livro de Joaquim Norberto a única fonte existente sobre a Inconfidência Mineira.".

e, assim, foi lá que nasceram os nossos maiores sonhos de Liberdade. Os esforços e as ações em favor d'uma monumental obra na Fazenda do Pombal continuam e o que já foi realizado está registrado no livro-documentário "Parque Histórico Nacional Tiradentes - Berço da Pátria", editado pelo próprio autor. "Nós, os brasileiros", sempre diz o dr. Adalberto, "conhecemos muito mais os heróis e a história da Grécia, de Roma, da França e dos Estados Unidos que a do próprio Brasil, e, com isto, a nossa dependência, inclusive a cultural, aumenta sempre". A construção do memorial na Fazenda do Pombal ainda é um sonho que um dia poderá tornar-se realidade. Alguma coisa já aconteceu com as boas provocações do dr. Adalberto; elas deram lastro a peregrinações cívicas naquele local que já estava como que esquecido pela maioria das pessoas. Foi também por causa da ação do dr. Adalberto que os municípios de São João del-Rei, Tiradentes e Ritópolis uniram-se em torno da criação da comenda "Liberdade e Cidadania", revezando-se nas solenidades de entrega de medalhas sempre no dia 12 de novembro de cada ano (ou na data favorável mais próxima da data do batismo do menino Joaquim José); lamentavelmente, o evento não foi realizado no ano de 2016, mas aguardamos pela retomada dele em 2017, não para alimentar a quaisquer possíveis vaidades, mas pelo fato daquela solenidade ser revestida de relembramentos do Tiradentes e de meditações cívicas a respeito do movimento conjuratório mineiro.

6. Sobre a "Cavalgada da Inconfidência" e Tancredo Neves

A minha sexta abordagem vem carregada de simbolismo e revestida com o meu modesto preito de reconhecimento, traduzindo-se também em mais uma homenagem: relembro-lhes que amanhã, já pelo 29º ano ininterrupto, uma cavalgada sairá da cidade de Tiradentes e terminará o seu trajeto em São João del-Rei, numa avenida onde as estátuas de Joaquim José e de Tancredo Neves estão vis-à-vis, proporcionando-nos amostras de tácitos simbolismos cívico e patriótico. A cavalgada a que me refiro já entrou para o calendário cívico-cultural da região e dos eventos do Estado de Minas Gerais e do Brasil. Não devemos nos esquecer nunca de que a gênese da referida Cavalgada tem tudo que ver com a inquietação de um barrosense que percebeu que a Conjuração Mineira era evidenciada todos os anos em Ouro Preto, no dia 21 de Abril, com todas as pompas direcionadas para aquela localidade. Este barrosense percebeu também que tais eventos sendo realizados apenas na antiga Vila Rica, sede do então governo português em Minas Gerais, era ação um tanto quanto inoportuna que gerava interpretações equivocadas de que o movimento conjuratório não teria raízes e ligações mais diretas com outras cidades, especialmente as da nossa região. Assim, aproveite-me desta oportunidade solene para registrar um preito de reconhecimento e de gratidão ao idealismo, civismo, coragem, trabalho, retidão e obstinação do bravo homem que ouse chamar de "neo-Alferes" ou "neo-conjurado" dos séculos XX e XXI, um cidadão que idealizou, criou e coordena a referida Cavalgada; esta personalidade, de formação municipalista por excelência, é a que atende pelo nome de Baldonado Arthur Napoleão e que ora bem preside esta egrégia Câmara. Relembro-lhes, ainda, que amanhã, coincidentemente, serão completados 32 anos que o ex-presidente Tancredo de Almeida Neves, mentor da Nova República, partiu desta vida. Foi num discurso perante o Congresso Nacional, logo após a vitória dele no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, num dos lampejos históricos que lhe eram comuns, que dr. Tancredo proferiu esta célebre frase: "Se todos quisermos, dizia-nos há quase 200 anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, poderemos fazer deste país uma grande nação. Vamos fazê-la!".

7. Da atualidade do Tiradentes

E, agora, por fim, nesta noite que antecede aos 225 anos da execução do Tiradentes, convidolhes para algumas reflexões sobre a atualidade do nosso país, conjugando a situação atual com a ação e com o pensamento libertário setecentista de Joaquim José da Silva Xavier. Apesar de o Tiradentes ter sido sacrificado há tanto tempo, as ações e as articulações dele e dos seus companheiros de conjuração ainda merecem profundas reflexões com vistas à consolidação de um Brasil soberano e próspero, na busca de uma Nação que produza e distribua suas riquezas de forma suficiente para assegurar o bem estar de todos. Estas questões políticas e econômicas têm sido empreitadas difíceis e ensejam a reedição das lutas daquele passado setecentista, ainda que as batalhas atuais sejam empreendidas por outros meios e através de diferentes caminhos. Agora, como antes, os maiores males que nos assolam são a corrupção, os desmandos, e, principalmente, a elevada carga tributária que, segundo economistas, atinge o patamar de 40% do PIB⁹; ora, este volume arrecadatário é extremamente ganancioso, engole riquezas e dificulta o bem estar da população; falta-nos a convicção de que os impostos recolhidos sejam devidamente revertidos em favor de um Brasil melhor. Desta forma, tais desconfiças e incertezas fortalecem a minha compreensão de que as questões cruciais da época do Tiradentes, guardadas as devidas proporções políticas e temporais, ainda estão bem vivas. Naquela época, a revolta era contra a cobrança do “quinto”, ou seja, a exigência, pela Coroa Portuguesa, de 20% da produção do ouro sob a forma de impostos. Atualmente, passados mais de dois séculos daquela revolta nacionalista e já com o país livre da tirania lusitana, é certo que não pagamos mais impostos para colonizadores, mas estamos subjugados aos quase 40% de impostos para manter o Governo Federal funcionando mal, sem que as necessidades básicas dos cidadãos que vivem nos Estados e principalmente nos Municípios sejam bem atendidas. Sofremos, pois, um tipo novo de espoliação. Acredito que continuamos enfrentado sucessivas “derramas”¹⁰ confiscatórias ao longo do tempo. Então, é com a minha alma e coração abertos ao povo barrosense e aos seus dignos representantes que finalizo as minhas breves reflexões e agradeço pela atenção que tiveram de ouvir-me. Encerro com a convicção de que o que está faltando neste país é mais gente como o “Tiradentes” e é ressentindo esta falta que me vem à mente uma inevitável indagação: até quando vamos continuar passivos ou estáticos, esperando ou clamando por um “novo Tiradentes”?

José Antônio de Ávila Sacramento

*Pronunciamento na sessão solene da Câmara
Municipal de Barroso - MG, em 20.IV.2017*

⁹ De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, todo o dinheiro que o contribuinte ganhar até o dia 5 de junho destina-se totalmente ao pagamento de tributos. A média de expectativa de vida do brasileiro é de 72 anos e três meses e a expectativa de pagamento de tributos é de 29 anos, ou seja, o brasileiro que nasceu em 2008 trabalhará 40% de sua vida para pagar tributos.

¹⁰ No período colonial “derrama” era o nome que se dava à cobrança do quinto que estava em atraso (impostos ordinários que deveriam de ser pagos pelos mineradores). A Coroa Portuguesa quis, em determinado momento, cobrar os “quintos” atrasados de uma só vez, episódio que ficou conhecido como “derrama”; tal cobrança, de tão exorbitante, deu até origem à expressão popular “Quinto dos Infernos”.